

INCURSÕES SOBRE O TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO:
estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas

***THE THEMATIC DESCRIPTION OF INFORMATION UNDER
DISCUSSION: a study about indexing policy in academic libraries in the city of
Goiânia***

Ana Paula da Fonseca Vieira
UFG
Lais Pereira de Oliveira
UFG
Tatielle Marques Cunha
UFG

RESUMO

Analisa o uso da política de indexação nas bibliotecas universitárias da cidade de Goiânia – Goiás. Constitui estudo descritivo com abordagem quantitativa, realizado mediante pesquisa com uso de questionário online, encaminhado aos bibliotecários do contexto investigado. Os resultados indicam que a indexação é conduzida na maior parte das unidades de acordo com regras e critérios específicos, apesar de não existir uma política formalmente estabelecida. Sobressai a forma de tratamento temático via indexação seletiva, tanto derivativa quanto atributiva, em linguagem natural e feita manualmente. Conclui-se que a política de indexação vigora informalmente nas bibliotecas goianas, uma vez que a padronização e a coerência na atribuição de termos são observadas, mas sem registro e formalização do processo decisório em um documento oficialmente instituído.

Palavras-chave: Indexação. Política de indexação. Biblioteca universitária.

ABSTRACT

This paper analyses the use of the indexing policy in academic libraries placed in the city of Goiânia, Goiás, Brazil. It is characterized as a descriptive study with quantitative approach, which was developed through research online questionnaire that was sent to librarians. The results indicate that indexing is conducted in most units according to specific rules and criteria, although there is no formally established policy. It stands out the form thematic description by selective indexing, derivative and attributive, in natural language and by manual process. It concludes that indexing policies have existed informally in libraries in Goiânia, from observation of the standardization and coherency in the attribution of terms, but without registration and formalization of the decision-making process in officially established document.

Keywords: Indexing. Indexing policy. Academic library.

1 INTRODUÇÃO

A indexação é uma atividade componente do tratamento temático da informação, que representa, por meio de termos ou palavras-chave, o conteúdo de um documento. A partir desses termos, previamente definidos, o usuário fará a busca no Sistema de Recuperação da Informação (SRI).

Pode-se dizer que o processo de indexação é o elo criado entre o bibliotecário e o usuário, uma vez que busca possibilitar o acesso à informação. Por isso, é necessário que o profissional esteja inserido no mundo do seu usuário em potencial e tenha em mente seu perfil e suas necessidades de informação. A atribuição de termos deve ser feita de acordo com critérios preestabelecidos, considerando a unidade de informação, o acervo e, especialmente, o público atendido.

A política de indexação é o documento instituído nas unidades de informação para regular a atividade de análise e tradução do assunto dos itens, assim como descrever diretrizes e procedimentos para o labor do indexador (RUBI; FUJITA, 2003, p. 70). Indexar de maneira exaustiva ou seletiva, atributiva ou derivativa, com ou sem linguagem controlada, são algumas das decisões que precisam ser tomadas e estarem efetivamente estabelecidas na política, refletindo, ainda, na forma de trabalho e no discernimento dos profissionais acerca do tratamento temático desenvolvido internamente.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se estudo voltado à política de indexação em bibliotecas universitárias goianas, visando obter dados sobre sua existência e verificar os aspectos considerados pelas unidades investigadas para análise e atribuição dos termos. Teve-se como objetivo geral analisar a maneira segundo a qual as bibliotecas em estudo regulam e padronizam o processo de indexação e em que medida a política é utilizada para tal fim.

A pesquisa se insere no âmbito do projeto de pesquisa denominado “Política de indexação em bibliotecas universitárias”, conduzido na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Considerou-se, no seu desenvolvimento, o relevante papel da biblioteca universitária na organização e no tratamento informacional para fomentar o adequado fluxo dos conteúdos e propiciar a produção de novos conhecimentos.

2 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

O tratamento da informação engloba um conjunto de atividades técnicas desenvolvidas pelo bibliotecário com a finalidade de representar descritiva e tematicamente um documento. Conforme Dias e Naves (2013, p. ix) “o tratamento da informação tem sido considerado uma das funções de grande importância no desempenho de bibliotecas e sistemas de recuperação da informação.”

Assim, pode-se afirmar que “o tratamento da informação acompanha o fazer bibliotecário, independente das novas mídias e recursos trazidos com o advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC)” (SANTA ANNA; CALMON; CAMPOS, 2016, p. 62). Por meio dele, dá-se publicidade ao item, uma vez que as informações nele contidas são evidenciadas em constructos descritivos e temáticos aos quais se terá acesso na busca.

A produção de informação sobre informação, ou seja, a construção de representações de um documento, acompanha o expressivo surgimento de conteúdos. Como esclarecem Dias e Naves (2013, p. 1-2):

Esse aumento da quantidade de informação produzida no mundo e, por conseguinte, disponível para os interessados, tem se constituído num dos fatores principais de dificuldade para o trabalho de identificação e acesso a essas informações [...] Por isso, foi-se desenvolvendo também, paulatinamente, a necessidade de produzir informação sobre informação, ou seja, informações cujo objetivo é documentar os registros (livros, etc.) existentes nas várias áreas do conhecimento, suas características, e onde esses registros podem ser encontrados [...]

Ao realizar o tratamento ou o processamento técnico da informação, como é mais comumente caracterizado pelos profissionais, o bibliotecário desenvolve conjuntamente a catalogação, a classificação e a indexação. Logo, “o ato de catalogar, indexar e classificar estão atrelados uns aos outros.” (SANTA ANNA; CALMON; CAMPOS, 2016, p. 63).

Por isso, a divisão do tratamento da informação em vertentes, de acordo com a “natureza da atividade que desenvolve: o tratamento descritivo, que lida com dados objetivos extraídos do documento, e o tratamento temático, que procura descrever o conteúdo (o ‘assunto’) do documento.” (DIAS; NAVES, 2013, p. ix). No caso deste artigo, discute-se mais a fundo a vertente temática e, especificamente, a indexação de assunto.

2.1 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO

O tratamento temático da informação, voltado à compreensão e extração do assunto dos documentos, resulta nos processos de classificação e indexação. O primeiro dedica-se à representação mediante notação, que será o localizador do item no acervo. O segundo explora a composição de palavras-chave, que serão o elo para a busca da informação no SRI.

Também descrita na literatura como descrição temática, essa dimensão do tratamento da informação é fundamental por evidenciar os atributos intrínsecos do documento, relacionados ao seu conteúdo. Sua finalidade é “a recuperação conforme os objetivos de busca do usuário. Para tanto, podem ser utilizados os processos de indexação, catalogação de assunto, classificação e elaboração de resumos.” (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009, p. 19). Como afirmam Narukawa e Sales (2012, p. 154):

Partindo da ótica de que a Ciência da Informação é o campo científico que abriga a prática profissional da Biblioteconomia, nota-se que o Tratamento Temático da Informação (TTI) ocupa posição central, pois é responsável pela mediação entre a produção e o consumo da informação, exercendo a tarefa fundamental de dar acesso ao conteúdo documental.

Para conduzir o tratamento temático, o bibliotecário precisa recorrer à análise documentária, ou análise de assunto. Esta, “como uma atividade intelectual tem como objetivo responder à pergunta ‘do que trata?’, a respeito de determinado documento” (LIMA; MACULAN, 2014, p. 25). Propicia, com isso, compreensão e alcance da dimensão temática presente no mesmo.

O tratamento temático via indexação é fundamental para evidenciar os temas tratados no documento, concorrendo grandemente para a recuperação deste dentre uma série de outros de que a unidade também disponha. Para Lima e Maculan (2014, p. 23), “a indexação é um importante processo dentro de um SRI, processo no qual se espera que o indexador leia o documento e faça a distinção entre informação relevante e periférica, para melhor representá-lo, para a posterior recuperação.” Essa atividade é melhor explorada na seção a seguir.

2.2 O PROCESSO DE INDEXAÇÃO

Nas unidades de informação a indexação, é o processo técnico responsável por evidenciar o assunto ou assuntos de um documento. O indexador analisa o item, compreende sua tematicidade e realiza sua representação a partir do estabelecimento de termos ou descritores. De acordo com Brito e Caribé (2015, não paginado) “no processo de indexação os conceitos são extraídos do documento por meio da análise, portanto, em linguagem natural, rica em significados e figuras, como metáforas, licenças poéticas, entre outros”.

Como observa Lancaster (2004), a indexação perpassa, principalmente, por duas etapas: análise conceitual e tradução. A primeira implica decidir a temática do documento, por meio da leitura e compreensão do assunto tratado. Posteriormente, realiza-se a tradução, que é a conversão destes conceitos em um conjunto de termos para indexação.

A indexação, portanto, engloba “a extração de conceitos que possam representar o assunto de um documento e a tradução destes para termos [...]” (DIAS; NAVES, 2013, p. 18). A extração de conceitos ocorre por meio de uma análise conceitual, que implica determinar o assunto do documento, e a tradução envolve a conversão dessa análise conceitual em um determinado conjunto de termos para indexação.

O indexador deve ter atinência no processo, ou seja, a preocupação em adequar a indexação ao usuário que a unidade de informação atende, viabilizando, assim, a recuperação e o acesso à informação buscada. Segundo Lancaster (2004, p. 14), o tema da atinência “está relacionado muito de perto com o da relevância – isto é, a relação entre um documento e uma necessidade de informação ou entre um documento e um enunciado de necessidade de informação (consulta)”.

Na condução da indexação, os termos escolhidos e utilizados na representação de assunto podem ser exaustivos ou seletivos; sendo estes uma quantidade abrangendo somente o conteúdo temático principal do documento, e aqueles, termos que abrangem o documento de forma aprofundada, contemplando, além do assunto principal, os assuntos secundários. Ademais, há o princípio da especificidade, que trata a indexação do documento com o termo mais específico.

A opção pela realização de uma indexação exaustiva, que possibilita o uso de diversos termos na representação do assunto, ou mesmo de uma indexação seletiva, que

restringe a utilização dos termos, impacta diretamente na recuperação. A depender da escolha feita, pode-se incorrer em precisão, quando o sistema recupera somente documentos úteis, ou no processo de revocação, em que são retornados inúmeros registros, relacionados ou não ao tema buscado.

A indexação também pode ser desenvolvida de forma derivativa, com extração de termos do próprio documento, ou atributiva, no caso do bibliotecário fazer uso de descritores a partir de um vocabulário ou mesmo conforme sua concepção própria. No caso de ser conduzida pelo profissional, tem-se a indexação manual. Sendo o computador a promover a varredura e retirada de palavras, incorre-se na indexação automática.

A linguagem é outro fator a ser observado na descrição de assunto. A indexação em linguagem natural emprega palavras do discurso comum na representação do conteúdo, enquanto a indexação em linguagem controlada emprega termos documentários que pertençam a um vocabulário com controle de significado, como um tesouro, por exemplo.

Como destacam Fujita e Gil-Leiva (2014, p. 51), a indexação “como elemento essencial de uma política de tratamento temático da informação é influenciada pelas variáveis da recuperação da informação: escolha da linguagem, exaustividade, especificidade, revocação e precisão”. Tal discussão é aprofundada na sequência.

2.3 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Ao desenvolver a indexação de assunto, o bibliotecário precisa observar algumas diretrizes, que permitam padronizar e regular essa atividade de tratamento temático. Especialmente porque a indexação “é uma operação delicada que lida com ideias a serem transmitidas por palavras que as representem, e depende de variáveis subjetivas submetidas à análise de um indexador humano que também possui ideias próprias.” (FUJITA, 1989, p. 120). Além disso, a atribuição de descritores é fundamental para a posterior recuperação da informação, o que explica a seriedade com que essa atividade técnica deve ser conduzida.

A política de indexação é o documento internamente instituído nas unidades de informação e que irá reunir os parâmetros e a filosofia de indexação destas. Pode ser definida como um guia ou manual que orienta o processo de indexação na unidade de

informação, buscando padronização neste processo subjetivo da indexação. Ou, em uma visão mais ampla, “é o conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação.” (FUJITA, 2012, p. 22). Conforme definem Rubi e Fujita (2003, p. 70):

O manual de indexação de um sistema de informação constitui também sua documentação oficial, pelo fato de estar descrito em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assuntos, por fornecer as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e por conter os elementos constituintes da política de indexação adotada pelo sistema.

Nota-se, assim, a relevância e o papel da política ao âmbito interno na biblioteca. Ela trará parâmetros a serem observados, influenciando diretamente no trabalho do bibliotecário, tendo que refletir, por isso mesmo, na cultura da unidade. E precisa existir formalmente, como documento. Como destacam Sousa e Fujita (2014, p. 28), “as diretrizes e normas servem de apoio, de base para dar direcionamento, mas além delas, é de suma importância que o sistema de informação tenha uma política de indexação estruturada e registrada.” Fujita e Rubi (2006, p. 53) reforçam que:

Reconhecendo a importância que a política de indexação tem ao permear todo o processo do ciclo documentário, desde a coleta da informação até sua recuperação e disseminação, torna-se necessário que ela esteja descrita de maneira clara e objetiva e ao alcance de todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento desse ciclo dentro do sistema de informação.

A política precisa considerar a unidade de informação, seu acervo e usuários. Como ressalta Pinto (2001, p. 229),

[...] deve ser definida em função dos objetivos e da missão destes organismos, em função do perfil dos seus clientes, e deverá estar contida em um manual, de maneira que os indexadores possam tomar conhecimento das regras estabelecidas e possam segui-las.

A importância de se estabelecer uma política de indexação é ter um instrumento que norteie o processo de indexação de acordo com a missão e objetivos da instituição, garantindo a melhor forma para representação do conteúdo das obras. Para Dias e Naves (2013, p. 21) “destaca-se, no processo de indexação, a necessidade de se

estabelecer uma política de indexação, imprescindível na orientação da atividade do indexador.”

Pela relevância e peso da indexação, essencial para busca e recuperação, é essencial a dedicação do profissional na formalização e instituição da política, que reflita princípios em torno desse processo, posto que:

A política decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação, mas, principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos, tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários. (FUJITA, 2012, p. 17).

A política de indexação estabelece o nível de especificidade, exaustividade, seletividade e escolha da linguagem conforme as características dos usuários. Assim, “a política auxilia o SRI, na medida em que possibilita a coincidência entre os termos indexados e a estratégia de busca.” (DIAS; NAVES, 2013, p. 21). Além do que:

As diretrizes estabelecidas na política tornam-se guias importantes para a organização e recuperação da informação, aperfeiçoando o serviço de tratamento e descrição informacional. No entanto, a falta de uma política de indexação implica na inconsistência da indexação podendo transformar seu resultado em algo redundante, incompleto e contraditório. (CUNHA; VIEIRA; OLIVEIRA, 2016, p. 3).

3 METODOLOGIA

O estudo enquadra-se como descritivo, com abordagem quantitativa, isto é, “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles.” (PRODANOV, 2013, p. 52). O universo de investigação são as bibliotecas universitárias, com plano amostral nas Instituições de Ensino Superior localizadas no município de Goiânia, Estado de Goiás.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário, o qual é uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos.” (GIL, 2008, p. 121). O questionário foi aplicado através do Google Formulário, contendo 20 questões fechadas e 1 questão aberta, que permitiu aos bibliotecários expressarem-se de forma mais livre sobre o uso da política de indexação.

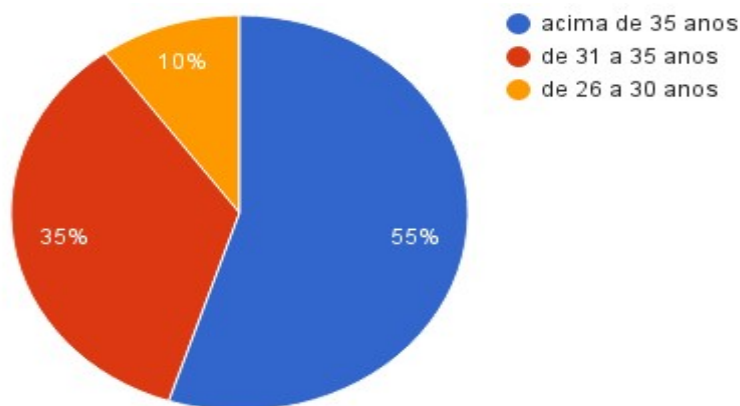
4 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi desenvolvida junto a bibliotecas universitárias de faculdades e universidades localizadas em Goiânia (GO). Teve-se, como base para a seleção, todas as instituições regularmente cadastradas no Ministério da Educação. Ao encaminhar os questionários, contudo, obteve-se retorno de apenas 20 unidades, sobre as quais a análise foi construída.

a) Dados de caracterização do profissional

Os dados de caracterização que abrem o questionário trazem informações sobre faixa etária, sexo, cargo ocupado pelo profissional e tempo em que exerce o mesmo na biblioteca universitária. Quanto ao primeiro item, tem-se:

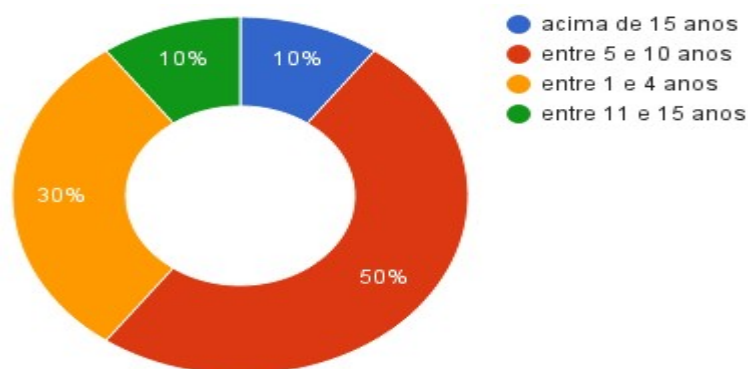
Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Como demonstra o gráfico acima, os bibliotecários participantes do estudo são em sua maioria (55%) pessoas na faixa etária acima de 35 anos de idade. Um pequeno percentual (35%) tem entre 31 e 35 anos, e apenas 10% dos respondentes estão na faixa de 26 aos 30 anos. Além disso, 90% são do sexo feminino.

No que diz respeito ao cargo, 95% (19) atuam como bibliotecários, a maioria dos quais tem entre 5 e 10 anos de atuação no mesmo. O gráfico 2 apresenta resultados quanto ao tempo de exercício:

Gráfico 2 – Tempo que exerce o cargo na unidade.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

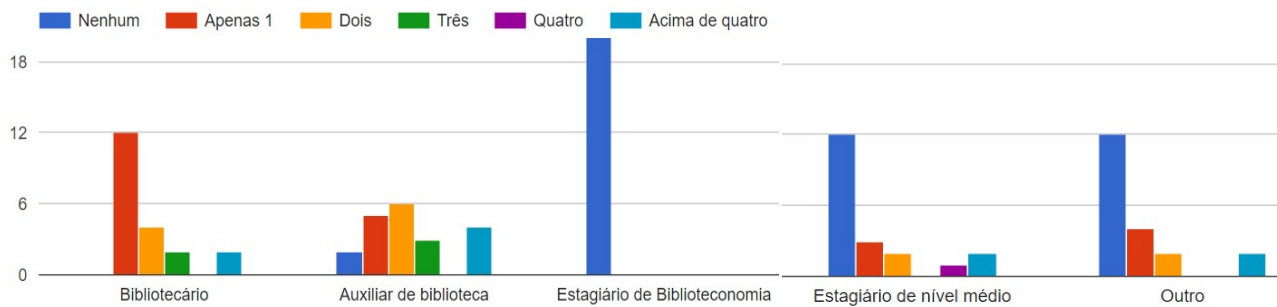
Nota-se que predominam nas bibliotecas universitárias goianas: mulheres, na faixa dos 30 anos, atuando como bibliotecárias e com até 10 anos de experiência nesse âmbito. Isso reflete a percepção comum de haver mais pessoas do sexo feminino na área, reflexo do próprio centro formador, no qual se observam mais mulheres. A vivência profissional alterna, mas o destaque é para quem tem entre 5 e 10 anos (10) e entre 1 e 4 anos (6) de atividade. Há duas pessoas com até 15 anos e outras duas com mais de 15 anos de experiência, mas essas são minoria no cenário das 20 respostas.

b) Caracterização da biblioteca

Já em relação às unidades de informação, constatou-se que 100% delas realiza processamento técnico do acervo. Destas, 9 bibliotecas (45%) compartilham os registros construídos no processamento com outras da rede; o mesmo percentual indicou também receber os registros das outras unidades pertencentes à rede.

A maior parte das bibliotecas (55%) não recebe nem compartilha os registros do processamento técnico, realizando por si só as atividades de classificação, catalogação e indexação. Isso pode ser um reflexo da própria característica da unidade de pertencer ou não a uma rede ou sistema de bibliotecas.

O bloco também questionou as unidades sobre os profissionais que fazem parte da equipe, desde bibliotecário até auxiliar de biblioteca e estagiário. Os resultados foram:

Gráfico 3 – Profissionais que fazem parte da equipe de trabalho.

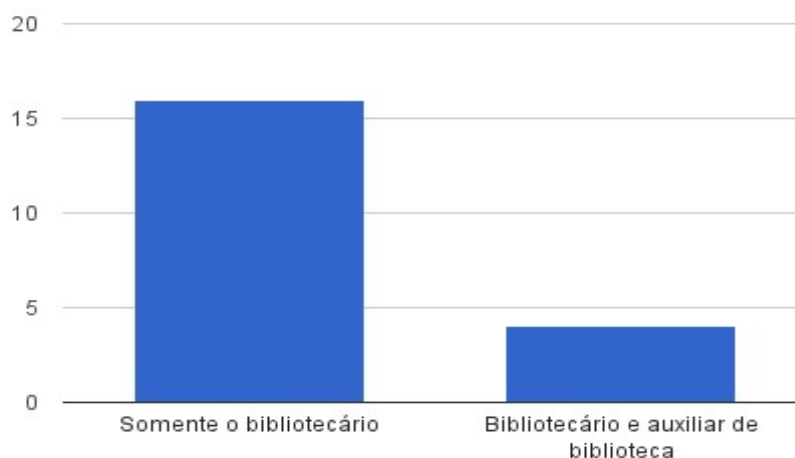
Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Há casos de outros profissionais na equipe, em oito das unidades respondentes. São eles: administrador, analista de TI, assistente em administração, carregador terceirizado, encarregado, estagiários de outros cursos da própria faculdade, menor aprendiz e técnico em assuntos educacionais.

Há, portanto, a figura do bibliotecário em todas as bibliotecas participantes do estudo. Em grande parte delas (18) também está presente um auxiliar de biblioteca. A presença do estagiário de nível médio é observada em apenas 8 unidades. Importante ressaltar a ausência do estagiário de Biblioteconomia em todas as 20 bibliotecas.

c) Tratamento temático da informação

A questão inicial desse bloco indagou sobre o responsável pela indexação de assunto na biblioteca.

Gráfico 4 – Responsável pela indexação de assunto na biblioteca.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Como exposto acima, em 80% dos casos (16) apenas o bibliotecário desenvolve essa atividade técnica. Em 20% dos locais (4), bibliotecário e auxiliar de biblioteca fazem indexação dos materiais.

Questionados sobre a existência de campo específico no software de automação para inserção dos termos de indexação, todos os bibliotecários afirmaram contar com essa possibilidade. Diante desse resultado, percebe-se importante suporte para que a atribuição de descritores de assunto seja devidamente conduzida no software que cada unidade utiliza.

Em termos da política de indexação propriamente dita foram feitos dois questionamentos. O primeiro, acerca da observação de algumas diretrizes e regras para a escolha dos termos de indexação. O segundo, sobre a existência formal de uma política, que normatize a indexação na unidade.

Curiosamente, apenas 15 bibliotecas – o que corresponde a 75% do conjunto pesquisado – responderam que observam diretrizes e regras para condução da indexação de assunto, apesar de todo o conjunto ter respondido e especificado no questionário os níveis e tipos de indexação que realizam. Entretanto, em apenas 3 unidades (15%) existe uma política formalmente estabelecida, ou seja, em 17 bibliotecas não há um documento em forma de manual ou política que regule a atividade de indexação.

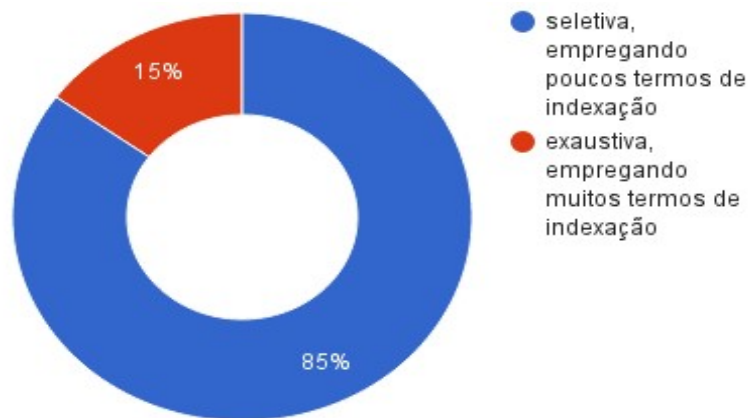
Esse cenário demonstra a falta de formalização das ações e processos decisórios em torno do tratamento temático da informação nas bibliotecas universitárias goianas. Apesar de boa parte demonstrar preocupação com a realização da indexação, seguindo regras e buscando padronizar o processo, um percentual ainda maior não estabelece isso internamente, mediante registro e formalização das diretrizes a serem observadas.

d) Política de indexação

O bloco sobre política de indexação buscou compreender a forma com que a indexação é conduzida nas bibliotecas universitárias investigadas. Uma vez que boa parte das unidades respondeu observar regras e diretrizes específicas para indexar seus documentos, foram feitas perguntas específicas a fim de delimitar os padrões que orientam tal atividade técnica e intelectual dos profissionais.

O primeiro questionamento foi sobre a forma de indexação, se exaustiva ou seletiva, no que se observou que:

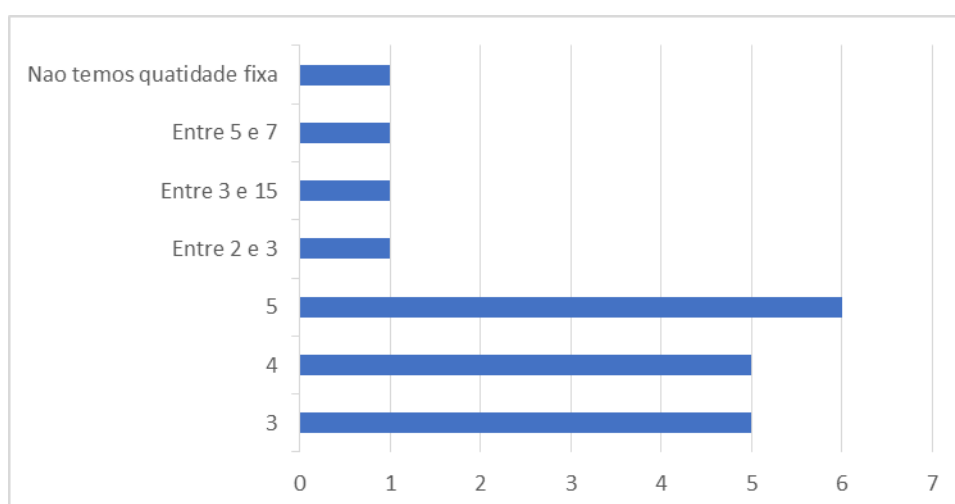
Gráfico 5 – Forma de condução da indexação.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Em 85%, ou seja, 17 bibliotecas, a opção é por uma indexação seletiva, com emprego de poucos termos. Somente 15% (3) opta pela indexação exaustiva, com uso de muitos descritores. Nesse sentido, solicitou-se aos bibliotecários que indicassem a quantidade de termos utilizados na indexação, obtendo-se como resultado:

Gráfico 6 – Quantidade de termos utilizado na indexação.

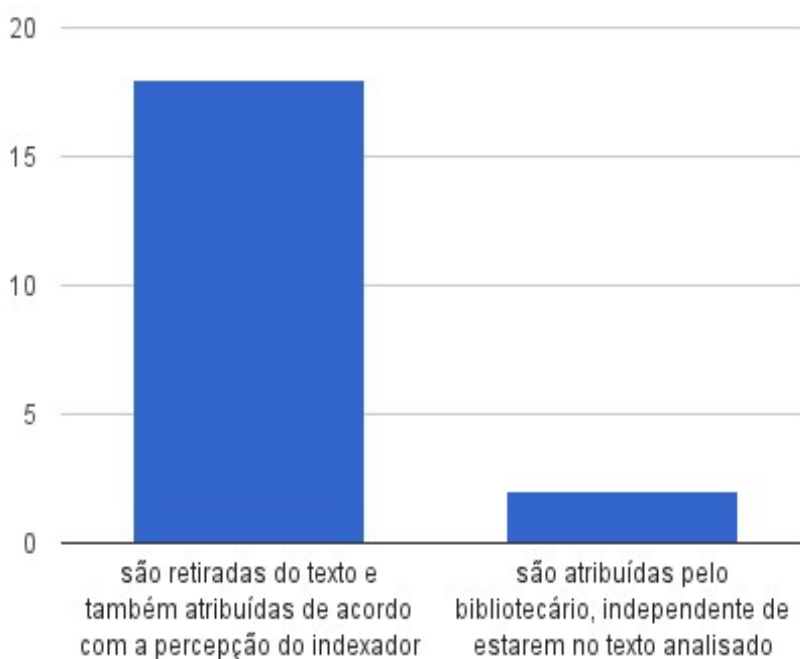


Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Em conformidade com a maioria das respostas, que assinalou indexação seletiva, os respondentes indicaram utilizar poucos descritores. Uma das pessoas afirma que a biblioteca não possui quantidade fixa de termos. Todas as outras, porém, indicaram. O padrão está de acordo com o que traz a literatura, uma média de 3 a 5 palavras para representação de cada documento.

Com relação ao modo como os termos de indexação são atribuídos, tem-se:

Gráfico 7 – Escolha das palavras-chave para representar o assunto.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Como indicam os dados, predomina a utilização conjunta de indexação derivativa e atributiva, uma vez que 90% das unidades (18) declarou que as palavras-chave são retiradas do texto e também atribuídas de acordo com a percepção do indexador. Apenas 10% das bibliotecas faz uso exclusivamente da atribuição.

Quanto à linguagem, predomina o uso da linguagem natural (60%), ou seja, sem uso de tesauro na indexação, como indica o gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Tipo de linguagem utilizada

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Somente 10% das unidades (2) faz indexação em linguagem controlada, mediante utilização de um tesauro. Entretanto, em 30% dos casos, o que corresponde a 6 bibliotecas, há uma mescla de linguagem natural e controlada na indexação.

Quanto à maneira segundo a qual a indexação é feita, se manualmente ou automaticamente, 85% das bibliotecas desenvolve indexação manual, ou seja, em 17 locais o indexador humano é que realiza esse processo técnico dedicando-se à leitura e extração do assunto dos documentos. Nenhuma unidade de informação declarou realizar indexação automática. Contudo, 15% afirmou fazer uso de ambas as formas, manual e automática. Isso pode ser resultado de certa confusão conceitual, já que a indexação desenvolvida automaticamente é onerosa, requer investimentos em softwares específicos e se justifica no caso da existência de grande número de documentos em formato digital.

Buscando compreender o nível de especificidade dos termos de indexação, ou seja, a profundidade dos mesmos, indagou-se acerca da opção por termos gerais ou específicos. O gráfico 9 resume as respostas acerca da questão:



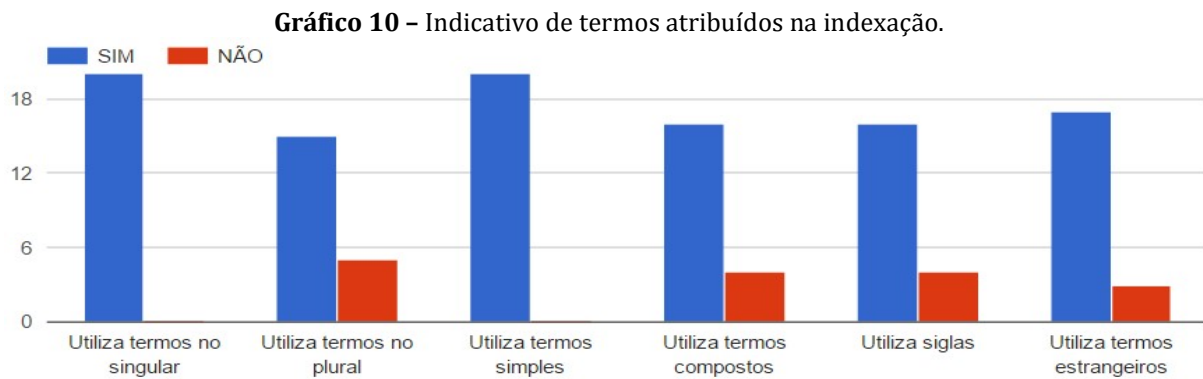
Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

A opção por termos gerais e específicos foi indicada por 15 bibliotecas (75%). As 5 unidades restantes (25%) disseram não haver regra sobre isso, estando a cargo do indexador definir caso a caso. Nenhum bibliotecário afirmou utilizar-se apenas de termos gerais ou priorizar somente termos específicos na indexação de assunto. Desse modo, percebe-se que não há um nível de especificidade alto – com emprego de termos específicos – ou totalmente baixo – com uso de termos gerais. As bibliotecas universitárias optam pelo meio termo.

Ao questionar os respondentes se o usuário da informação participa de alguma forma na indexação, as respostas levaram ao seguinte cenário: 19 bibliotecas, o que corresponde a 95%, não permitem a participação do usuário no processo de atribuição de termos; uma unidade declarou haver essa possibilidade, podendo o usuário indicar palavras para os itens.

A penúltima questão do bloco indagou os profissionais sobre o índice de revocação e precisão do sistema de informação. De acordo com as respostas, ao realizar uma busca por assunto no catálogo, o software demonstra maior precisão, retornando exatamente os registros relacionados ao tema buscado. Essa opção foi indicada por 12 bibliotecas (60%). Um percentual de 40% ou 8 unidades afirmou haver mais revocação durante as buscas, retornando muito “lixo”.

No intuito de melhor compreender os tipos de termos adotados na indexação dos documentos, as bibliotecas foram questionadas sobre o uso de palavras: no singular e no plural; simples e compostas; siglas; e termos estrangeiros.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Pelo gráfico acima, nota-se que 20 bibliotecas usam termos no singular; apenas 15 empregam descritores no plural. Do mesmo modo, as 20 unidades dizem adotar termos simples; já termos compostos são adotados somente em 16 delas. Ao todo, 16 bibliotecas afirmam aplicar siglas na indexação de assunto. O uso de termos estrangeiros para tal propósito é maior, sendo observado em 17 unidades de informação.

Diante disso, desponta o uso de palavras simples e no singular pelas bibliotecas universitárias goianas. O uso de siglas e termos estrangeiros também foi expressivamente indicado.

e) Comentários gerais

No bloco que encerra o questionário foi destinado um espaço para comentários gerais. Destacam-se duas respostas:

R1: *“Utilizamos para termos autorizados a forma que é indexado pela Biblioteca Nacional ou a Library of Congress. Não possuímos tesouro próprio. Então no sistema automatizado usamos o campo 650 para assuntos autorizados pela BN e o 697 para palavras-chave, para aumentar a busca por parte do usuários. Ao usar o campo 650 utilizamos as remissivas 'ver' e 'ver também' que aumentam a precisão do assunto a ser pesquisado”.*

R2: *“Procuramos ser exaustivos, mas sempre atentos em colocar termos que realmente tenha o assunto no livro. Temos o campo de área do conhecimento - de acordo com a tabela do CNPQ, macrodescritores - seção do livro de acordo com a classificação que recebeu da CDU, e descritores, que são os termos específicos que buscamos no sumário, e*

nos textos da obra. Para fazer a indexação, realizamos uma busca de termos, se não houver nenhum correspondente já cadastrado, temos a opção de gerar um novo registro”.

Observa-se, pelas respostas, que a indexação nesses dois contextos tem o amparo de instrumentos externos, recorrendo-se a termos autorizados, lista de descritores de outros órgãos e mesmo fazendo uso de outras linguagens documentárias, como é o caso da Classificação Decimal Universal. Além disso, há procedimentos bastante claros quanto à inserção dos descritores de cada obra.

5 CONCLUSÃO

Evidencia-se, ao final da pesquisa, que a política de indexação não tem existência formal nas bibliotecas universitárias goianas. Apenas três, em um universo de 20 unidades, declararam possuir um documento oficialmente instituído para regular a análise e a atribuição de termos, quantitativo esse relativamente pequeno, considerando a importância de guiar e padronizar a indexação, ainda mais em um universo como o acadêmico.

Por se tratar de biblioteca universitária, é fundamental envidar esforços para o adequado tratamento da informação, fazendo a ponte necessária com a recuperação e o acesso aos itens das mais diversas áreas do conhecimento, o que incita a pesquisa, a produção de conteúdos e a difusão do saber registrado. Nesse sentido, uma política de indexação – que exista de fato e não seja apenas fruto do consenso entre os profissionais em atividade – é mais que oportuna, pois regulará e contribuirá com a descrição de assunto dos documentos, ao mesmo tempo em que trará maior assertividade para o indexador.

Há que se destacar que a preocupação em registrar e oficializar processos e atividades nas bibliotecas – como a indexação – não leva em consideração apenas a padronização e o rigor na observação e condução das mesmas. É uma forma de instituir, mas também de permitir, o alinhamento do trabalho com a cultura e a filosofia da unidade de informação. No caso da constituição de uma política de indexação, esta pode auxiliar, inclusive, no processo de gestão do conhecimento, uma vez que esse manual será elo fundamental para recém-contratados – bibliotecários ou auxiliares de bibliotecas – que não possuem a visão do SRI por falta de familiaridade com o ambiente.

Contudo, mesmo sem um documento, manual ou normativa registrada oficialmente, as unidades pesquisadas seguem diretrizes e estabelecem padrões internos para o desenvolvimento da indexação de assunto, o que é extremamente válido. Até uma pequena parcela – que a princípio destacou não ter esse tipo de preocupação durante o tratamento temático da informação – respondeu a todas as alternativas seguintes do questionário relacionadas à forma, tipo de linguagem, modo de atribuição do descritor etc. Isso por si só já demonstra atenção e preocupação com o estabelecimento de critérios básicos para selecionar e empregar termos relevantes para os documentos.

Quanto à adoção de descritores propriamente ditos, a pesquisa demonstrou que as unidades utilizam em média de três a cinco termos. Por conseguinte, ocorre a indexação seletiva – que reflete na percepção de maior precisão na busca – seja a partir de termos do próprio documento, seja pela atribuição do indexador. A grande maioria das bibliotecas universitárias indexa em linguagem natural e de forma manual, tendo apenas uma delas indicado a possibilidade de indexação colaborativa, com participação do usuário.

Também não há grandes anormalidades na aplicação dos descritores. As bibliotecas investigadas fazem uso de termos gerais e específicos na indexação, de modo que não há um nível de especificidade alto ou baixo; usam, ainda, tanto termos no singular quanto no plural, além de palavras simples e compostas, em proporções muito parecidas. Siglas e palavras estrangeiras são uma constante na descrição de assunto, sendo adotadas por quase todas as unidades de informação que compuseram o escopo da pesquisa.

Observa-se, portanto, a preocupação dos bibliotecários com a regularidade da indexação dos documentos, uma vez que, havendo ou não política documentada, prevalece o cuidado com a padronização e a observação da coerência no tratamento de assunto. Embora as diretrizes que norteiam o tratamento temático nas bibliotecas precisem ser mais bem reconhecidas em sua relevância, além de enxergados os benefícios de registrar e instituir oficialmente cada normativa nesse âmbito, evitando retrabalho e inconsistências no SRI da instituição.

REFERÊNCIAS

BRITO, Marcílio de; CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Princípios da indexação por imagens. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015, não paginado.

CUNHA, Tatielle Marques; VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de. Constituição dos estudos sobre política de indexação: prospecção e análise em publicações nacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO*, 39., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2013.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In: GIL-LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Ed.). Política de indexação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28.

_____. Avaliação da eficácia de recuperação do sistema de indexação *Precis*. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 120-134, jul./dez. 1989.

_____; GIL-LEIVA, Isidoro. Avaliação da indexação por meio da recuperação da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 50-66, jan./abr. 2014.

_____; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

_____; _____. BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. *In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Análise de assunto a partir de uma perspectiva histórica do ARIST. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 22-35, jan./abr. 2014.

NARUKAWA, Cristina Miyuki; SALES, Rodrigo. A relevância e influência de linguagens documentárias na política de tratamento da informação. *In: GIL-LEIVA, Isidoro; FUJITA,*

Inf. Pauta, Fortaleza, CE, v. 2, n. 1, jan./jun. 2017

Mariângela Spotti Lopes (Ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 153-168.

PINTO, Virgínia Bentes. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SANTA ANNA, Jorge; CALMON, Maria Aparecida de Mesquita; CAMPOS, Suelen de Oliveira. Representação documentária em diferentes bibliotecas: o tratamento informacional como um processo plural. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 61-75, mar. 2016.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc.: Est., João Pessoa**, v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

SOBRE AS AUTORAS

Ana Paula da Fonseca Vieira

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: anapaulafonsecaafv@hotmail.com

Lais Pereira de Oliveira

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

E-mail: laispereira2@yahoo.com.br

Tatielle Marques Cunha

Graduada em Biblioteconomia pela UFG.

E-mail: tatielle.lettras@hotmail.com

Recebido em: 26/02/2017; **Revisado em:** 04/05/2017; **Aceito em:** 14/05/2017.

Como citar este artigo

VIEIRA, Ana Paula da Fonseca; OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques. Incursões sobre o tratamento temático da informação: estudo da política de indexação em bibliotecas universitárias goianas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 28-49, jan/jun. 2017.